

O OFÍCIO DE PROFESSOR E A FORMAÇÃO INICIAL DE TRABALHADORES PARA O MUNDO DO CONHECIMENTO

João Pereira dos Santos Neto¹

RESUMO

Trata-se de uma reflexão sobre o papel do Professor e das Instituições de Ensino Superior na formação do trabalhador brasileiro frente ao avanço dos meios de informação. Caracteriza a sociedade da informação e a diferencia do mundo do conhecimento. Discuti a questão dos currículos aplicados nos diferentes cursos de formação básica e superior e os relaciona com as ações do professor e sua prática político-social e pedagógica no seu fazer cotidiano frente aos novos desafios da sociedade. Conclui com a necessidade de revistas e reformulação dos currículos escolares e universitários para atender a nova configuração das informações e necessidade de formação de um novo cidadão consciente com seu papel histórico-político-social e cultural. Aponta ainda a que o desenvolvimento de formação continuada de professores para o enfrentamento das carências pedagógicas e de conteúdos para melhor entendimento da realidade da comunidade acadêmica. Propõe ações coletivas para superação das dificuldades e melhoria da qualidade do ensino.

Palavras-chave: Sociedade da informação; formação inicial e continuada, educação superior.

ABSTRACT

It is a reflection on the role of the Teacher and Higher Education Institutions in the formation of the Brazilian worker outside the advancing of the media. It characterizes the information society and it differs itself in the world of knowledge. I discussed the issue of curriculum implemented in different training courses for primary and higher education and relates to the actions of teachers and their political and social practice and teaching in their daily tasks facing the new challenges of society. I concluded with the necessity for review and reformulation of university and school curricula to meet the new configuration of information and the necessity for training of a new citizen concerned with his historical, political, social and cultural role. It still indicates that the development of continuing education for teachers to confront the pedagogical and content needs to better understanding the reality of the academic community. It proposes collective actions to overcome the difficulties and improving the quality of education.

Keywords: Information Society; initial and continuing training, higher education.

¹ Mestre em Educação na UFES (PPGE – Programa de Pós-graduação em Educação)
Professor da Estácio de Sá do Espírito Santo

Os avanços tecnológicos, as novas configurações do trabalho e da produção configuram o que se denomina a sociedade da informação e do conhecimento. Dentro dessa sociedade, a figura e papel do professor muitas vezes passam despercebidos em termos de reconhecimento de sua função social, cultural e profissional, mas ao mesmo tempo o colocam como um dos responsáveis para a formação dessa nova configuração de sociedade.

Em torno de toda essa polêmica, a universidade (Instituições de Ensino Superior) tem o papel de formador inicial de profissionais que atuarão no mercado de trabalho, que possibilitarão a formação de cidadãos solidários inseridos na sociedade humana, historicamente construída e em constante construção e reconstrução. Na atual estrutura de ensino, faz-se necessário que o professor faça a mediação entre informação e conhecimento, realidade e teoria, ufanismos acadêmicos e pragmatismos mercadológicos, possibilitando a inserção de cidadãos sujeitos reflexivos e atuantes na sociedade que ultimamente está inundada de produções instantâneas de informações. Para Pimenta e Anastasiou (2002, p. 100):

Conhecer é mais do que obter as informações. Conhecer significa trabalhar as informações. Ou seja, analisar, organizar, identificar suas fontes, estabelecer as diferenças destas na produção da informação, contextualizar, relacionar as informações e a organização da sociedade, como são utilizadas para perpetuar a desigualdade social. Trabalhar as informações, na perspectiva de transformá-las em conhecimento, é primordialmente tarefa das instituições educativas.

Muitas vezes, a formação acadêmica tem favorecido a simples transmissão de informações, pois tem como base a formação de cursos meramente conteudistas. É urgente, e necessário, que se realize um trabalho de análise crítica dos currículos acadêmicos para possibilitar a formação de profissionais capazes de enfrentar com propriedade as informações que invadem seu cotidiano, tornando-os muitas vezes vítimas de ideologias dominantes com claro interesse de controle político, social, econômico e até mesmo cultural.

A lógica que se segue na sociedade globalizada em que vivemos é de um saber tudo, o que não significa ter propriedade de tudo. O profissional formado sob essa máxima obtém uma formação generalista, ao mesmo tempo em que obtém as informações

necessárias para o desempenho profissional sem, no entanto, estar qualificado para realmente fazer parte da construção de uma sociedade responsável e comprometida com a coletividade. O conhecimento baseia-se na técnica, e esse saber técnico possibilita a competência técnica e isso é por muitas vezes mais valorizado do que a competência humana e atitudinal coletiva. Nesse contexto, o grande desafio da educação é propiciar a habilidade e competência de escolher, filtrar e analisar e compreender as fontes de informação e os sujeitos que as produzem para então utilizá-las como instrumento e com competência.

Esse fenômeno acontece no mundo do trabalho como todo, assim também acontece na área da educação. O professor que teoricamente deveria ser aquele que estará mais apto para filtrar tais interferências ideológicas que compuseram sua formação inicial e compõe ainda na sua base de formação e informação diária, também se coloca como objeto de manipulador e manipulado devido aos atropelos cotidianos que a sua atividade de docência provoca. Esse fato vai de encontro ao que se espera do professor, pois o mesmo deve refletir sobre o seu fazer pedagógico, pesquisar e atuar em parceria com seu aluno para mediar as informações, transformando-as em conhecimento que faça diferença na vida daqueles que dependem da sua mediação para servirem de base para uma vida atuante e transformadora do meio em que vive.

Perrenoud (2002), afirma que a universidade ao oferecer uma formação profissional, não deve abandonar a linguagem dos saberes, mas devem constituí-los de um meio de ação, distanciando a ilusão da passagem da teoria à prática.

O saber e formação do professor não podem ser encarados apenas como heranças de uma universidade que abastece inicialmente o profissional de teorias e se distancia da sua prática no mercado de trabalho. Ela deve ser estabelecida pela concentração de ações de Universidades, Faculdades de Educação e Estabelecimentos de Ensino, incentivando a formação continuada dos profissionais que elas ajudaram a colocar no mercado.

Os Estabelecimentos de Ensino deveriam favorecer um ambiente de formação de um profissional reflexivo que se aprofunde nos “desafios de formação no triângulo saberes-

competências-habitus” (PERRENOUD, 2002, p.73). O profissional diante de uma prática reflexiva toma consciência de seus esquemas e os reformula de acordo com sua proposta pedagógica. No entanto, segundo Tardif (2002, p.10), “o saber do professor não pode ser separado das outras dimensões do ensino, nem do estudo do trabalho realizado diariamente pelos professores de profissão, de maneira mais específica”. O saber dos professores está relacionado e permeado pela sua pessoa, sua identidade, sua experiência de vida, sua história profissional, sua relação com os alunos e com outros atores escolares na escola.

A prática cotidiana deve ser um meio de formação, onde o professor estabelecerá um contínuo debate e pesquisa de suas ações como educador, passando por suas posturas pedagógicas até a discussão sobre a sua profissionalidade, remetendo para o tipo de desempenho e de conhecimento específicos da profissão docente. O conhecimento-reflexão-ação da prática pedagógica implica em três níveis ou contextos diferentes: os contextos propriamente pedagógicos, formados pelas práticas cotidianas da classe; o contexto profissional dos professores, como grupo modelo de comportamento profissional (ideologias, conhecimentos, crenças, rotinas, etc.); um contexto sociocultural que proporciona valores e conteúdos considerados importantes.

O ensino é uma prática social, pois envolve a interação entre professores e alunos e também refletem a cultura e contextos sociais a que pertencem. A intervenção pedagógica do professor é influenciada pelo modo como pensa e como age nas diversas facetas da sua vida (LANGFORD, 1989. APUD, PERRENOUD, 2002).

Dentro da discussão docente Hoyle (1987, APUD, PERRENOUD, 2002) considera seis fatores determinantes no prestígio relativo da profissão docente: a origem social do grupo; o tamanho numeroso do grupo profissional que dificulta a melhoria substancial do salário; a proporção de mulheres, grupo socialmente discriminado; a qualificação acadêmica de acesso; o status dos clientes e a relação com os clientes, que não é voluntária, mas sim baseada na obrigatoriedade do consumo do ensino.

Partindo desses pressupostos, a análise que se faz da profissionalidade docente está relacionada com as condições exteriores, às condições psicológicas e culturais em que

estão inseridos. Educar e ensinar são contatos diretos com diferentes culturas e, também, um processo determinante da própria experiência cultural do professor. Visto por essa vertente, é necessário rever os programas de formação de professores que valorizam mais os aspectos técnicos da profissão do que as dimensões pessoais e culturais.

A profissionalidade ideal docente está intimamente ligada por valores, currículos, práticas metodológicas ou avaliação. Portanto, as práticas educativas devem conter hábitos que gerem uma cultura alicerçada em costumes, crenças, valores e atitudes. Desta forma, a postura da educação e do educador deve ser pautada no conhecer, no sentir e inter-relacionar com o meio social em que está inserido e a quem está contribuindo para formar e que tipo de sociedade acredita. Suas ações, para tanto, deve dar suporte teórico e prático visando a esses objetivos.

Por muitas vezes estigmatizou-se uma profissão e um profissional por sua origem social, qualificando profissões de elite social e possíveis máximos de alcance profissionais de classes menos favorecidas. As práticas de Instituições de Ensino contribuíram em muito para fortalecer essa ideia e o mercado de trabalho sacramentou com baixa remuneração e desqualificação daqueles que buscam esses setores profissionais.

Dentro desse quadro, as licenciaturas são geralmente procuradas pelo gênero feminino e pessoas de classes menos favorecidas. Cabendo a cursos como medicina, direito e engenharias a visão glamorosa de profissão sonhada por muitos. A defesa que faço é a de educador. Profissão que todos reconhecem como uma das mais importantes para a sociedade, mas que poucos lutam para sua valorização e incentivo de melhoria de qualidade nas condições de trabalho desse profissional.

A importância do educador professor está na sua função social, pois ele serve de instrumento para a socialização do mundo cultural produzido pela humanidade para sujeitos históricos que irão compor os diferentes setores da sociedade. O professor deve ter múltiplas referências aos conteúdos aos métodos para que sua função seja

realmente condizente com as expectativas daqueles que dependem de suas ações para se embasarem em sua formação.

A profissão docente é socialmente partilhada, provocando uma dimensão conflituosa numa sociedade complexa com significados divergentes entre grupos sociais, econômicos e culturais. Por muitas vezes o professor foi visto como o dono do saber e extrapolou desse poder com posturas distanciadas dos alunos, outras vezes colocaram nele a responsabilidade pelo fracasso do sistema educacional e alguns momentos o colocaram como aquele que poderia modificar a realidade social posta no contexto dos alunos. Sabemos que o professor não é herói ou vilão, mas um profissional que precisa ser valorizado e motivado a buscar se qualificar cada vez mais nos seus conhecimentos e técnicas de ensino para assim não ficar a margem das mudanças que acontecem em campo de atuação.

Alguns conotam a profissão docente uma semiprofissão, por ser dependente de coordenações político-administrativas que regulam o sistema educativo e as condições do posto de trabalho. Ainda encontramos sistemas de ensino e instituições de ensino que ainda organizam a educação como fábricas, colocando o professor como um simples executor de estratégias montadas por um equipe técnica. Cabe ao professor apenas executar. As margens de autonomia dos professores no sistema educativo e suas margens de autonomia são configurações históricas estabelecidas pelas relações específicas à burocracia que governa a educação e os professores, assim como a lógica de competição de mercado vigente também na área educacional.

O entendimento desse contexto pode estar no fato de que a profissionalidade do professor ser marcada por ações individuais e coletivas, que, no entanto as ações individuais sobressaem das coletivas, devido a isso acontece o que Tardif (2002) chama de “crise do profissionalismo”. O professor não consegue se organizar com seus conhecimentos, estratégias e técnicas profissionais, como outros profissionais, para solucionarem situações problemáticas concretas que dizem respeito a sua categoria de classe, sua formação e prática de ensino. A ausência dessa mobilização o faz ser agente reprodutor de ações coordenadas por redes e sistemas de ensino e até mesmo instituições individuais.

As leis educacionais sempre instituíram que o sistema escolar deveria qualificar mão-de-obra, apoiada no conhecimento do mercado de trabalho. Para esse fim, a própria formação de profissionais do ensino passou a ter um perfil de tecnólogo do ensino, com uma postura de 'dador' de aulas. Os profissionais do ensino passaram a ser agentes de propagação de informações, mas com pouco compromisso com a clientela a que servem e deveriam estar preparando para uma vida social para além da competência técnica.

Na visão de Alves (1998, p.20):

[...] a escola foi "transformada" em empresa, e todo um linguajar foi desenvolvido, ao mesmo tempo em que havia a tentativa de implantar uma ação gerencial na escola. Como para a empresa o importante é o produto obtido, para essa tendência a avaliação foi exigida em ponto culminante do processo de ensino, e todas as ações encaminhadas buscavam uma melhor e mais eficaz avaliação, de forma a assegurar um "bom produto" (grifo da autora).

Diante de todas essas competências técnicas e profissionais exigidas do trabalhador/a, as instituições de ensino se afastaram da realidade do aluno/a, não levando em consideração suas particularidades de aprendizagem provocadas por questões exógenas ao ambiente educativo. O conteúdo passou a ser a solução possível para a prática dos profissionais do ensino, sem a investigação da realidade e necessidade daqueles que passaram a ser os receptores das suas práticas.

O/a professor/a precisa sair da condição de simples executor de currículos para aquele que o interpreta, transforma e executa de acordo com a realidade dos alunos/as que são destinados. A instituição de ensino deve ser responsável pelo desenvolvimento de competências, mas não somente aquelas que o mercado de trabalho pede, mas também as competências que serão responsáveis pela formação básica do indivíduo, que terá pela frente o desafio de uma vida em sociedade como um todo.

As instituições de ensino que poderiam inserir práticas pedagógicas coerentes com a realidade do trabalho e dos trabalhadores/as brasileiros vêm servindo de instrumento de legitimador e reproduzidor da força de trabalho para a indústria. Como ressalta Silva: "A questão central para as estratégias culturais do novo capitalismo consiste em

produzir um tipo de pessoa que seja compatível com seus valores e objetivos”. Enfatiza ainda que:

Os meios pedagógicos do novo capitalismo (em todas as suas formas) estão ativamente, agitadamente, envolvidos num processo de interpelação, de mobilização do eu. Sua descrição de trabalhador ideal, daquele trabalhador apropriado às novas condições da produção, não teria nenhuma importância, nenhum efeito, se não se dirigissem imperativamente ao sujeito que querem transformar, dizendo: “você é isso” ou, mais precisamente, “você deve ser isso” (1999, p. 80).

Os profissionais da educação com objetivo de incluir os alunos/as na realidade do mercado vigente acabam por excluí-los desse processo, pois acreditam que somente o conteúdo pelo conteúdo poderá dar essa competência. Essa prática, acabar por prolongar a permanência dos alunos/as trabalhadores na condição em que se encontram e, de onde ainda tira do seu salário, o custeio para os seus estudos e sua vida social.

Na visão de Pimenta (1999, p. 23):

[...] a finalidade da educação escolar na sociedade tecnológica, multimídia e globalizada, é possibilitar que os alunos trabalhem os conhecimentos científicos e tecnológicos, desenvolvendo habilidades para operá-los, revê-los e reconstruí-los com sabedoria. O que implica analisá-los, confrontá-los, contextualizá-los. Para isso, há que os articular em totalidades que permitem aos alunos irem construindo a noção de “cidadania mundial” (grifo da autora).

O projeto e prática coletiva - interdisciplinar - indicam a possibilidade de superação da fragmentação em que se encontram as diferentes especializações nas áreas de conhecimento. A reflexão conjunta da realidade institucional confere mais significado às áreas de conhecimento. Portanto, é necessário estabelecer uma avaliação diagnóstica que vislumbre um novo caminhar das práticas pedagógicas das instituições de ensino. A formatura e a entrega de diploma não podem ser por si só, o cumprimento de uma meta.

Termino essa reflexão com a contribuição de Consolaro (2000, p.52) que corrobora afirmando:

A forma mais interessante de saber se a universidade efetivamente cumpriu seu papel está na evolução dos cidadãos que ela formou. Observar sua participação na profissão que desempenha, sua participação em

administrações e organizações da sociedade civil como associações, clubes, representação de classe, sindicatos, igrejas, escolas, universidade, comitês, prefeituras, câmaras e assembleias, congresso, senado, governança e até presidência da república.

REFERÊNCIA

ALVES, Nilda. **Trajetórias e redes:** na formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

CONSOLARO, Alberto. **O “Ser” Professor:** Arte e Ciência no Ensinar e Aprender. Maringá: Dental Press International, 2000.

NÓVOA, Antonio. **Profissão professor.** Porto Alegre: Porto Editora, 1995.

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor:** profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PIMENTA, Selma G. (org.) **Saberes pedagógicos e atividade docente.** São Paulo: Cortez, 1999.

PIMENTA, Selma; ANASTASIOU, Léa. Docência do Ensino Superior. Vol. I, São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Educação, Trabalho e Currículo na Era do Pós-Trabalho e da Pós-Política. In: FERRETTI, Celso João; JUNIOR, João dos Reis Silva; OLIVEIRA, Maria Rita N. Sales. **Trabalho, Formação e Currículo.** São Paulo: Xamã, 1999.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.